

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Capítulo 1 – EM TORNO DA ESSÊNCIA DO DIREITO COOPERATIVO	29
Capítulo 2 – ATO COOPERATIVO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DA HERMENÊUTICA FILOSÓFICA	45
1 A concepção dogmática do ato cooperativo no Brasil e a necessidade de rompimento com o paradigma liberal-individualista	45
1.1 As sociedades cooperativas, o ato cooperativo e sua teorização	45
1.2 Teorias e deficiências	52
1.3 Tradição metafísica: vicissitudes e a necessidade de rompimento	55
2 A hermenêutica filosófica, seus pressupostos e bases interpretativas para o ato cooperativo	58
2.1 Linguagem e compreensão	58
2.2 Fusão de horizontes: linguagem e paradigma do Estado Democrático de Direito	61
3 Pressupostos para a atribuição de sentido ao ato cooperativo, no paradigma do Estado Democrático de Direito	65

3.1	Considerações	65
3.2	Estado Democrático de Direito, Teoria da Constituição adequada e cooperativismo	65
3.3	Fusão de horizontes: linguagem, renúncia às teorias atuais do ato cooperativo e Teoria da Constituição adequada	74
4	Conclusão	76
	Referências	77

Capítulo 3 – COOPERAÇÃO COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL POSITIVO

1	Introdução	79
2	A função dos princípios na ciência do direito	80
3	O princípio da cooperação	84
4	Funções do princípio da cooperação	91
5	Conclusão	95
	Referências	96

Capítulo 4 – UMA POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA NO ÂMBITO ECONÔMICO

1	Introdução	97
2	Importância do cooperativismo no contexto histórico atual ...	101
2.1	Pluralismo e o sistema cooperativo	101
2.2	Surgimento e desenvolvimento do cooperativismo ...	101
2.3	Cooperativismo e a política econômica global	105
2.4	Cooperativismo e democracia participativa	110
3	Regime jurídico das sociedades cooperativas	111
3.1	Responsabilidade dos sócios	112
4	Necessidades de incentivos para o desenvolvimento do cooperativismo	115
5	Ato cooperativo	117
5.1	Ato cooperativo no Direito brasileiro	117

5.2	Cooperativa como prestadora de serviços de seus cooperados	119
5.3	Teoria dos atos jurídicos	120
6	Limites de aplicação do ato cooperativo	122
6.1	Negócios cooperativos	123
6.2	Concepção ampla e restrita de ato cooperativo	126
7	Apoio e estímulo ao cooperativismo na Constituição Federal de 1988	136
7.1	Incentivo ao cooperativismo	136
7.2	Formas de interpretação tributária	138
8	Tributação como incentivo ao cooperativismo	146
9	Conclusão	150
	Referências	152

Capítulo 5 – O APOIO E O ESTÍMULO AO COOPERATIVISMO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 157

1	Noções preliminares	157
1.1	Evolução histórica do cooperativismo	157
1.2	Surgimento do cooperativismo no Brasil	165
1.2.1	Legislação cooperativista no Brasil	170
1.3	Princípios cooperativos	178
2	O que é uma cooperativa	187
2.1	Características das cooperativas	187
2.2	Personalidade jurídica das cooperativas	192
2.3	Ato cooperativo	197
2.3.1	Conceituação legal	198
2.3.2	Definições doutrinárias	202
3	Comentários contextuais à Constituição Federal de 1988	206
3.1	Cooperativismo na Constituição Federal de 1988 ...	213
3.2	Art. 5º, inciso XVIII	216
3.3	Art. 146, inciso III, alínea c	217
3.4	Art. 174, § 2º	222
4	Conclusão	227
	Referências	231

Capítulo 6 – UM NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA
O SETOR COOPERATIVISTA BRASILEIRO 239

1	Reordenamento da intervenção do estado na ordem econômica – O direito regulatório	239
2	O cooperativismo como instrumento de desenvolvimento	247
3	A “interferência estatal” em atos cooperativos	248
4	A regulação de atos cooperativos	254
5	A operacionalização da regulação dos atos cooperativos	260
6	Conclusão	271
	Referências	272

Capítulo 7 – A RECEPÇÃO DO REGISTRO DO ART. 107
DA LEI 5.764/71 COMO INSTRUMENTO
MONITÓRIO NECESSÁRIO À AUTO-
REGULAÇÃO SISTÊMICA DO COOPERA-
TIVISMO

275

1	Disciplina jurídica da sociedade cooperativa	275
2	A evolução histórica da legislação cooperativista	278
3	A autogestão sistêmica, a partir da Constituição Federal de 1988	281
4	Sescoop: o monitoramento como instrumento operacional para a auto-regulação do cooperativismo, consoante à constituição de 1988	284
5	As Leis Cooperativistas Estaduais	285
6	O registro na OCB e a conformação sistêmica do cooperativismo	285
7	Considerações finais	287
	Referências	288

Capítulo 8 – A “FALTA” DO ADEQUADO TRATA-
MENTO TRIBUTÁRIO AO ATO COO-
PERATIVO

291

	Referências	334
--	-------------------	-----

Capítulo 9 – ADEQUADO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO AO ATO COOPERATIVO PRATICADO PELAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO	337
1 Introdução	337
2 O ato cooperativo nas cooperativas de crédito	338
3 O adequado tratamento tributário ao ato cooperativo	345
4 Imposto de renda sobre as aplicações financeiras: Inaplicabilidade da Súmula N. 262 do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	348
5 Considerações finais	358
Referências	358

Capítulo 10 – A IMUNIDADE CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 33/2001 E SUA APLICAÇÃO QUANTO AOS ATOS PRATICADOS PELAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	361
--	-----

1 Introdução	361
2 Características gerais do instituto da imunidade tributária .	362
2.1 Competência tributária	362
2.2 Imunidade tributária	367
3 A Emenda Constitucional n. 33/2001 e a nova regra de imunidade	381
4 A contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização da produção rural	390
5 Reflexos da nova norma imunizante na atividade rural	394
5.1 Exportações realizadas por cooperativas agrícolas..	396
5.2 Exportações realizadas por <i>Trading companies</i>	417
5.3 Do entendimento da Secretaria da Receita Previdenciária	420
6 Conclusão	423
Referências	428